

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Bahia Class.: 224

Data: 11.10.83 Pg.: \_\_\_\_\_

1910

ÍNDIOS

# Funai não quer Juruna na Bahia

## A Comissão do Índio pretende visitar os Pataxós na zona litigiosa em Camacã e Pau Brasil

O presidente da Funai Otavio Ferreira Lima encaminhou ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Flavio Marcílio e ao líder do PDS, Nelson Marchezan, externando sua "preocupação e inconveniência" da visita pretendida pela Comissão do Índio à zona litigiosa de Camacã e Pau Brasil onde os índios Pataxós Hã-Hã-Hãe travam luta judicial para reaver suas terras.

A visita está marcada, a princípio, para amanhã, com o deputado Mário Juruna à frente da Comissão do Índio. O presidente da Funai — que veio a Salvador para participar da audiência de "Instrução e Julgamento" da questão sobre as terras da Fazenda São Lucas — revelou após os trabalhos: "Não estou cerceando a visita, apenas, acho que seria recomendável aguardar-se uma outra oportunidade, quando os ânimos estiverem menos acirrados."

No seu entender, "o parlamentar — seja do PDS ou da oposição — as vezes se inflama um pouco e neste instante em que aguardamos a ação da Justiça seria conveniente evitarmos provocar os ânimos, para o próprio bem do índio". Ele considera que neste momento a ação deve ser de calma, para "dar aos índios condições de sobrevivência na fazenda São Lucas, até a decisão final da Justiça sobre os 26 mil hectares que reivindicamos como sendo de sua posse".

Até a tarde de ontem ele não havia recebido nenhuma comunicação a respeito do ofício que enviou. Otavio Lima revelou ainda as providências imediatas que a Funai está tomando para a preservação dos Pataxós na fazenda São Lucas, por enquanto de posse dos índios por força da liminar concedida pelo juiz Federal Lázaro Guimarães.

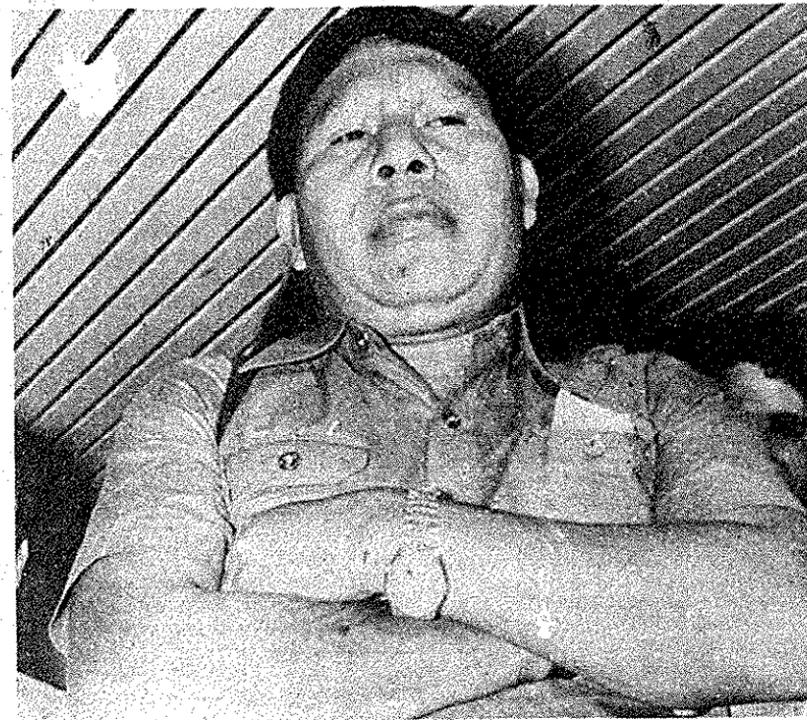
A boa notícia para os cerca de 800 ocupantes da fazenda São Lucas é que amanhã a promessa é do presidente da Funai, "chegará na região uma perfuratriz para resolver o grande problema deles que é a falta de água". Além desta providência ele assegurou que serão enviados técnicos agrícolas e uma equipe da Funai para se instalar na área e "possibilitar aos índios criar uma agricultura de subsistência".

Ele reconheceu que as relações entre a Funai e as lideranças indígenas "não são ainda as melhores". Em Pau Brasil, e Camacã o clima de tensão aumenta pois os índios não estão satisfeitos com os 1.200 hectares da fazenda São Lucas e também estão insatisfeitos com a Funai: "Eles gostaram de nossa intervenção, quando o juiz Lázaro determinou que o grupo dissidente — do cacique

Nailton — voltasse a conviver com a tribo".

Otávio Lima diz que a Funai vai mudar de política e que esses desencontros serão "bem resolvidos". Disse ele que a política educacional e de saúde até então inexistente na Funai "terão ênfase em sua administração, trabalhando junto com as comunidades, em cada região, para sentir suas necessidades de perto".

Quanto à atuação de outras entidades indígenas a exemplo da ANAI e do CIMI, ele considera que "as críticas são aceitáveis, quando criticam a Funai, mas o que não se aceita é eles tomarem atitudes por desconhecimento do problema, que sejam prejudiciais aos próprios interesses dos índios", e exemplificou: no episódio dos Pataxós em Pau Brasil, "é importante se aguardar a decisão judicial antes de inflamar os índios para invadir novas terras".



Juruna vem com a Comissão do Índio para visitar os irmãos Pataxós

## Julgamento novamente adiado

Somente na primeira quinzena de novembro os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe irão saber se a Justiça dá ou não ganho de causa à ação que a Funai move contra o fazendeiro Jener Pereira Rocha, reivindicando a posse dos 1.200 hectares da fazenda São Lucas, na região de Pau Brasil e Camacã.

Ontem deveria ter sido a última etapa dos trabalhos. Entretanto, e mesmo contrariando sugestão do Juiz Lázaro Guimarães, que considerou o recurso desnecessário, "embora seja um direito do réu", os advogados de Jener Pereira Rocha solicitaram do Juiz a substituição do debate oral pelo "oferecimento de memoriais". Ou seja:

depois de se ouvir 4 testemunhas dadas, os presentes na audiência de "Instrução e Julgamento" ouviram da parte do réu a "necessidade de enviar por escrito os testemunhos tomados durante toda a tarde de ontem".

Os presentes-advogados da Funai, jornalistas, e a antropóloga Maria Hilda Paraiso não esconderam certa frustração por "mais este recurso que só faz retardar o julgamento". A sessão começou às 14h. E houve alguns incidentes. Por ordem do Juiz Federal Lázaro Guimarães todos os presentes — inclusive a imprensa — tiveram de deixar carteira de identidade na portaria e, surpresa, foram revistados.

Postado à entrada da sala de audiências, um policial federal cumpriu rigidamente as ordens do Juiz Lázaro Guimarães. "Precauções", disse o Juiz para justificar seu ato. "Fiz isto por causa do ambiente tenso, da situação conflitiva em que está este caso". Nenhum índio compareceu ontem à Justiça Federal. Muitos fazendeiros, todos eles testemunhas do réu Jener Rocha.

Praticamente os 4 depoimentos coincidiam: o réu não invadiu terra de índio e "Índio: nós nunca vimos naquela região". É bom lembrar que data de 1926 o Decreto Estadual que confere

aos índios 36 mil hectares na zona de Camacã e Pau Brasil. Todos os que foram acareados pelo Juiz Lázaro afirmaram taxativamente "nunca ter existido índio lá". O presidente da Funai e os advogados da instituição apenas se entreolharam, incredulos.

Todos os fazendeiros negaram tensão na área, "antes da chegada dos índios". E todos incriminaram a Polícia Federal: "Ela chegou e trouxe intranquilidade a um povo que nunca viu violência", afirmou uma testemunha, José Augusto da Rocha. Para o presidente da Funai apenas se adiou a decisão: "Nós temos provas contundentes de que as terras pertencem aos índios".

Adiada a decisão da fazenda São Lucas — que continua ocupada pelos índios, por força da liminar anteriormente concedida pelo Juiz Lázaro Guimarães — as atenções voltam-se para novembro, quando virá a sentença. E voltam-se principalmente para o Supremo Tribunal Federal, por onde tramita a ação movida pela Funai no sentido de reaver, para os índios, os 36 mil hectares da reserva Caramuru — Paraguaçu.

— Esta decisão ainda vai demorar — acrescenta o presidente da Funai — mas como no caso da fazenda São Lucas, não temos dúvida de que a Justiça

dará ganho de causa aos índios, afinal, desde 1926 as terras são de direito e de fato para seu uso e plena posse.

Com a tensão crescente, pois os índios consideram os 1.200 hectares da fazenda São Lucas insuficientes para sua gente, tanto a Funai como o juiz Lázaro Guimarães fazem um apelo: "Aguardar na área da São Lucas a decisão sobre todos os 36 mil hectares". Os fazendeiros, à saída da audiência, negaram-se a dar entrevistas. Perguntados se eles iriam à forra, um deles deixou escapar: "Nós não vamos ser os primeiros a praticar a violência, mas não vamos deixar estes índios tomarem o que é nosso".